



IGREJAS E GRUPOS CRISTÃOS INCLUSIVOS E A LUTA POR DIREITOS

André Sidnei Musskopf*

RESUMO

O artigo realiza uma análise da história das igrejas e grupos religiosos inclusivos e sua relação com a luta por direitos. De modo central discute-se a participação dessas organizações em temas relacionados aos direitos da população LGBTQIAP+, mas a pergunta de fundo também é como elas se relacionam com outros temas e organizações sociais. Defende-se que, especialmente no âmbito do cristianismo, tais grupos tenham surgido justamente no contexto de lutas e movimentos sociais diversos, sendo marcados fortemente por um engajamento político na segunda metade do século XX. Por outro lado, há evidências de que novos grupos que compõem esse fenômeno têm assumido posturas menos militantes devido a uma série de questões relacionadas ao contexto e condições de formação e temas mais amplos nos campos político e religioso. Por fim, apresenta-se alguns desafios colocados para esses grupos no atual cenário político e religioso.

Palavras-chave: Igrejas inclusivas; Religião e Diversidade Sexual; Política e Diversidade Sexual.

CHRISTIAN INCLUSIVE CHURCHES AND GROUPS AND THE STRUGGLE FOR RIGHTS

ABSTRACT

The article presents a historical analysis of the inclusive churches and religious groups and their relation to the struggle for rights. In a broad sense it discusses the participation of such organizations in issues related to the rights of the LGBTQIAP+ population, but

* Professor do Departamento de Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora. Integrante do Grupo de Pesquisa Religião, Educação e Gênero - REDUGE. asmusskopf@hotmail.com.



the background question is also how they relate to other social issues and organizations. It is argued that, especially in the relation to Christianity, such groups have emerged precisely in the context of diverse social movements and struggles, being strongly marked by a political engagement in the second half of the XX century. On the other hand, there is evidence that new groups who are part of this phenomenon have taken on less militant attitudes because of a number of issues related to the context and conditions of formation and wider themes in the political and religious fields. At last, it presents some challenges those groups face in the current political and religious scenario.

Keywords: Inclusive Churches; Religion and Sexual Diversity; Politics and Sexual Diversity

IGLESIAS Y GRUPOS CRISTIANOS INCLUSIVOS Y LA LUCHA POR DERECHOS

RESUMEN

El artículo hace un análisis histórico de iglesias y grupos religiosos inclusivos y su relación con la lucha por derechos. De manera central es discutida la participación de esas organizaciones en temas relacionados con los derechos de la población LGBTQIAP+, pero la pregunta de fondo también es cómo se relacionan con otros temas y organizaciones sociales. Se sostiene que, especialmente en el ámbito de cristianismo, esos grupos hayan surgido precisamente en el contexto de luchas y movimientos sociales diversos, siendo fuertemente enmarcados por un compromiso político en la segunda mitad del siglo XX. Por otro lado, hay evidencias de que nuevos grupos que forman ese fenómeno han asumido posturas menos militantes debido a una serie de cuestiones relacionadas al contexto y condiciones de formación y temas más amplios en los campos político y religioso. Por fin, son presentados algunos desafíos puestos para esos grupos en el actual escenario político y religioso.

Palabras-clave: Iglesias inclusivas; Religión y Diversidad Sexual; Política y Diversidad Sexual.

INTRODUÇÃO

A luta por direitos civis e religiosos para pessoas LGBTQIAP+ não é um fenômeno que possa ser visto de forma isolada de outros processos



que emergem de maneira particular na Modernidade.¹ As mudanças experimentadas em todos os âmbitos das relações humanas, desde as experiências pessoais e íntimas até as questões geopolíticas globais, transformaram as formas de compreender e articular situações muito antigas e fizeram emergir novas. As respostas dadas, de forma alguma homogêneas e definitivas, seguem sendo produzidas em meio aos complexos processos sociais e políticos que marcam a contemporaneidade.

As diferentes formas a partir das quais questões de sexo, gênero e sexualidade passaram a ser tratadas (Michel FOUCAULT, 1988; Thomas LAQUEUR, 2001) refletem as transformações globais experimentadas, especialmente no Ocidente, e, de forma alguma, podem ser vistas separadamente de questões políticas, econômicas e culturais, de produção e reprodução da vida e das formas de organização social resultantes. A religião e, particularmente, o cristianismo enquanto aliado de projetos hegemônicos de poder, sem dúvida, é parte inerente desses processos, exercendo funções diversas e difusas. Do ponto de vista da Cristandade, tanto se beneficiou em termos de expansão (material e simbólica), quanto foi sequestrado pelos ditos poderes seculares para operar em seu benefício. Do ponto de vista das experiências religiosas e dos fenômenos religiosos vivenciados por indivíduos e grupos sociais, no entanto, funcionou ora como elemento apaziguador, ora como elemento de resistência e ora como fuga de uma realidade insuportável.

Atentar para esses elementos mais amplos em termos sociais gerais e em relação ao campo religioso em particular é importante para entender as dinâmicas que estão presentes na emergência e desenvolvimento de igrejas e grupos cristãos inclusivos. Por um lado, permite avaliar como se dá a relação dessas igrejas e desses grupos com questões relacionadas à luta por direitos e em quais circunstâncias. Por outro lado, permite apontar contribuições, lacunas e desafios que podem ser importantes não apenas para esses grupos específicos, mas para o contexto mais amplo (político e religioso). A própria identificação dessas igrejas e grupos como “inclusivas” passa a se tornar problemática e esconder diferentes perspectivas políticas e teológicas, como apontou

¹ Sobre a relação entre questões de diversidade sexual e de gênero e Modernidade no âmbito da religião veja tese de Freire (2019).

FREIRE (2019). Ao propor a tipológica de “igrejas receptivas”, “igrejas inclusivas” e “igrejas afirmativas da diferença” (Ana Ester FREIRE, 2021, p. 161-166) a autora oferece um marco interpretativo que ajuda a perceber essas relações (em suas complexidades).

Esse artigo reflete justamente sobre tais questões numa perspectiva histórica e olhando para tal fenômeno de modo empírico.² Opta por utilizar o termo “inclusivo” muito mais como um descritor de como tais igrejas e grupos se apresentam e/ou são conhecidos, do que como uma categoria de análise e avaliação. Ainda que a diferenciação e especificação fique evidente ao longo da discussão proposta, é possível usar esse termo como uma categoria geral, socialmente e academicamente reconhecível, ainda que empiricamente não esgotável. Assim, num primeiro momento se olha para a emergência de tais igrejas e grupos na segunda metade do século XX, em seguida para algumas características e elementos presentes nesse movimento nas décadas finais do século XX para, enfim, realizar considerações sobre o fenômeno nas primeiras décadas do século XXI.

A EMERGÊNCIA DE IGREJAS E GRUPOS RELIGIOSOS INCLUSIVOS – SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Uma certa obsessão Ocidental e Colonial pelas “origens das coisas”, fundada em perspectivas filosóficas e religiosas de que tais “origens” justificariam (ou pelo menos explicariam) um certo estado das coisas, seria estranho a uma abordagem no campo dos estudos queer, que é o que dá sustentação ao que se propõe aqui.³ Mesmo nesse âmbito, é fácil escorregar na prerrogativa de que as coisas “passam a existir” a partir de determinados fatos e situações específicas, nem sempre atendendo para o conjunto de processos sociais que tanto os tornaram possíveis, quanto dos quais são resultado, sem primazia de uma sobre o outro.⁴

² Além da bibliografia citada ao longo do artigo, o acompanhamento de tais igrejas e grupos de modo pessoal nos últimos 20 anos também é tomado como dado para a presente análise.

³ Sobre estudos queer ver Turner (2000) e Sullivan (2003).

⁴ Alguns exemplos: demarca-se o ano de 1869 como o exato momento em que aparece na literatura médica o termo “homossexualismo”, assim instaurando um novo sujeito histórico. Ainda quando tal fato seja verdadeiro e significativo do ponto de vista teórico e político, não se deve ignorar que há dinâmicas mais amplas na qual esse fato se torna possível e seu sig-



Não se quer cair nessa armadilha na presente reflexão, ainda que se utilize datas e fatos específicos para marcar determinados processos. Assim, dentro do que é possível, tal ressalva vale como alerta para a não redução de fenômenos e processos a eventos particulares – ainda quando pareça que é isso que se está fazendo.

Nesse sentido, falar da emergência de igrejas e grupos cristãos inclusivos na segunda metade do século XX não pressupõe a compreensão de uma mágica aparição de “algumas loucas” que, do nada, começaram a tensionar (por diversos motivos) tanto o campo político como o campo religioso. Ainda que não se vá aprofundar todo o contexto político e religioso que compõe o pano de fundo de tal fenômeno (o que, de certa forma, também implicaria num reducionismo do fenômeno em si), como se verá, tal contexto é um dos elementos que demarcam a possibilidade e as formas de emergências de algo que, de alguma forma, é diferente de outros que existiram antes, ou pelo menos daquilo que se conhece sobre o assunto.

Heather Rachelle White (2008), por exemplo, localiza o início do que ela chama de “LGBT religious organizing” [organização religiosa LGBT] na fundação da congregação Eucharist Catholic Church, em 1946, em Atlanta, e a subsequente organização de grupos semelhantes nos anos de 1950 e 1960. Embora a fundação/organização desse grupo específico se relacione com divergências eclesiais (e teológicas) em torno do fato de que o sacramento da Eucaristia era negado a membros de igrejas católicas que confessavam sua homossexualidade⁵, a forma de organização e divulgação da proposta evidenciam uma familiaridade com os movimentos sociais e políticos, nesse momento chamado de Movimento Homófilo.

No relato apresentado por White, o primeiro encontro da igreja aconteceu no lounge alugado de um hotel. A utilização de espaços

nificado é construído (veja GREENBERG, 1988); demarca-se o ano de 1969, quando ocorreu o que ficou conhecido como a Revolta de Stonewall, como o marco instaurador do Movimento de Libertação Gay. Da mesma forma, ainda que tal evento tenha sido um “catalizador” importante e seu caráter simbólico seja profundamente operativo, não é possível compreender a possibilidade para que se tornasse isso sem o contexto mais amplo de ações, lutas e disputas (veja MUSSKOPF, 2012, p. 184-185).

⁵ Daí, também, o nome Eucharist Catholic Church [Igreja Católica Eucaristia].



“alternativos”, incluindo bares e boates como lugares de divulgação evidenciam a sintonia com o que também acontecia no movimento social e político. A presença, seja na divulgação de atividades ou no oferecimento de acompanhamento para homossexuais em revistas e materiais que circulavam na cultura e no movimento homossexual, como no caso da *ONE Magazine* (Heather Rachelle WHITE, 2008, p. 104), também confirmam essa articulação.

Situações semelhantes e mais bem documentadas são apresentadas pela mesma autora em relação à Metropolitan Community Churches (MCC), fundada em 1968 por Troy Perry e ao Grupo Dignity, fundado meses depois por cristãos católico romanos (Heather Rachelle WHITE, 2008, p. 106-113). Segundo ela: “Diferentemente dos discretos cultos religiosos de décadas anteriores, as igrejas gays do final dos anos de 1960 e 1970 abertamente publicizavam seus encontros e atraíam uma cobertura substancial da imprensa” (p. 106). Foi essa cobertura da imprensa, de certa forma, que acabou por classificar os emergentes grupos religiosos inclusivos como “o braço eclesiástico da revolução [gay]” (*the revolution’s “eclesial wing”*) (p. 107).

No caso de Troy Perry e da MCC de modo geral, Freire (2019) investigou precisamente a relação entre o grupo religioso e sua atuação política. Ela demonstra como o surgimento dessa igreja, que viria a se tornar uma das principais expressões das igrejas inclusivas no mundo, esteve intrinsecamente ligado à luta por direitos em sentido mais amplo e como determinados fatos vivenciados por Troy e pela nascente igreja potencializaram essa relação. Segundo ela:

As imagens que marcam a presença da MCC nas ruas estão sempre vinculadas à figura de Troy Perry, que se tornou o principal articulador do ativismo político na denominação. O anúncio de seu protagonismo já havia sido previsto – e planejado – quando ocorreu o convite para o primeiro culto da MCC. Merece destaque o uso de roupas clericais durante ações de militância, revelando que o rito religioso e político não se separavam, mas se complementavam. Ao ir às ruas, a Igreja não deixava de ser Igreja, pelo contrário afirmava seus valores e sua missão como Igreja cristã. [...]



O contexto histórico era por libertação. A MCC se configurava como denominação cristã, paralelamente à revolução inaugurada em *Stonewall*. Ela foi sim atravessada por aquele ambiente revolucionário, no qual “o armário havia sido queimado”. Existia um imperativo para que a revolução continuasse, por meio do rompimento com estruturas de opressão que advinham da mentalidade cristã daquele momento. (Ana Ester FREIRE, 2019, p. 190;191-192).

A relação entre as igrejas e grupos religiosos inclusivos e a luta por direitos, embora presente, não foi sempre pacífica e vista por todas as pessoas e grupos da mesma forma. A atuação de grupos religiosos e seus e suas integrantes na luta política desde cedo causou divergências e tensões. Segundo White (2008, p. 107): “Para alguns cristãos gays, suas crenças religiosas aumentavam seu envolvimento na luta por direitos gays, enquanto outros insistiam que suas reuniões eram um lugar para ministério [religioso], não política”. Ainda assim, a própria existência da discussão revela que a emergência de tais igrejas e grupos não pode ser totalmente desconectada da luta por direitos e, muito menos, afirmar que essas mesmas igrejas e esses mesmos grupos não contribuíram significativamente para a própria constituição do movimento social e político em seu contexto e no período subsequente.

IGREJAS E GRUPOS INCLUSIVOS NO CONTEXTO DO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO GAY

O que se denomina de Movimento de Libertação Gay é, geralmente, associado aos processos que antecederam e foram catalisados a partir da Revolta de Stonewall (conforme já mencionado acima). Em traços gerais, representa uma mudança de postura política em relação às organizações e formas de atuação anteriores (comumente reunidas sob o guarda-chuva de “Movimento Homófilo”), precisamente por sua ênfase na luta por direitos a partir de uma noção de identidade coletiva (André MUSSKOPF, 2012, p. 184-189). Tal ênfase é articulada na junção entre as construções elaboradas no âmbito do próprio movimento político e da constituição de um campo de estudo e pesquisa – Estudos Gays e Lésbicos. No campo religioso, esse mesmo caminho e essa mesma articulação pode ser percebida na formulação de (uma) Teologia(s) Gay

e Lésbica, em diálogo tanto com os Estudos Gays e Lésbicos (André MUSSKOPF, 2012, p. 189-202), quanto com as igrejas e grupos inclusivos que, seguindo o argumento apresentado por White (2008), podem ser considerados o “braço eclesiástico/teológico” da revolução.

No final de seu artigo, em uma nota, White (2008) faz referência a alguns grupos denominacionais fundados na década de 1970 e seguinte (além do Dignity, de formação católica romana) como: LGBTQ Ministries (United Church of Christ), Lutheran Concerned North America – atualmente ReconcilingWorks (Evangelical Lutheran Church in America), Integrity (Episcopal Church USA), Reconciling Ministries Network (United Methodist Church), Association of Welcoming and Affirming Baptists.⁶ Além disso, podem ser mencionados: More Light Presbyterians (Presbyterian Church USA), Soulforce (uma organização ecumênica fundada por Mel White) e Seventh Day Adventist Kinship. Todos esses (e outros) grupos e organizações, refletem a organização de um movimento de grupos denominacionais inclusivos, com ramificações e relações com grupos em diversos países, incluindo o Brasil e outros países da América Latina.⁷

Por sua própria natureza (denominacional), a missão central desses grupos sempre esteve ligada primordialmente às compreensões e tratamentos dispensados às questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero e às pessoas LGBTQIAP+ dentro de sua tradição religiosa específica⁸. O enfrentamento de determinadas questões (como a ordenação ao ministério eclesiástico⁹ ou a bênção às relações entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo) não estão totalmente desconectadas das pautas dos movimentos sociais na luta por direitos e, muito menos, das estratégias

⁶ Conforme White (2008, p. 119). Alguns dos nomes das organizações são diferentes de sua formação original e têm mudado ao longo da história dos grupos.

⁷ Alguns exemplos são: no âmbito da Igreja Episcopal Anglicana no Brasil, a relação com o Integrity na realização das Consultas Nacionais sobre Sexualidade Humana (desde 2002) e outras ações e movimentos nessa denominação nas últimas décadas; o Grupo Inclusão Luterana e o Grupo Inclusão Metodista; e o próprio Kinship Brasil (Igreja Adventista do Sétimo Dia). Mais sobre esses grupos abaixo.

⁸ O livro “Uma brecha no armário: propostas para uma teologia gay” (MUSSKOPF, 2015) evidencia uma construção próxima de temas centrais da teologia luterana.

⁹ O livro “Talar Rosa: homossexuais e o ministério na igreja” (MUSSKOPF, 2005) apresenta uma discussão de sobre esse tema.

e formas de organização que tais grupos assumem. A própria história e dinâmica de tais grupos (de modo algum homogêneos e lineares), revelam relações complexas entre a sua autocompreensão enquanto grupos religiosos e o seu papel enquanto agentes políticos para além da esfera religiosa. Ainda assim, supor que sua “militância religiosa” não tem relação ou mesmo impacto com a/na “militância política”, implicaria pensar que tais esferas são totalmente separadas, que não se comunicam e não interagem na constituição dos processos sociais mais amplos (algo que a história recente deveria ser suficiente para considerar falso).

De qualquer forma, seguindo a tipologia usada por White (2008) para falar das “raízes da organização religiosa LGBT”, é possível identificar pelo menos duas correntes nesse campo: a criação de **grupos denominacionais** (como a Eucharist Catholic Church e o Dignity, bem como os demais mencionados acima) e a criação de “igrejas gays” (ou o que estamos chamando de “**igrejas inclusivas**”) que, ainda que mantenham certa relação com tradições religiosas específicas no campo do cristianismo, criam suas próprias organizações e instituições mais ou menos ecumênicas (reunindo elementos de diferentes denominações) e originais, rompendo com instituições e tradições estabelecidas.¹⁰ Embora tais tipos de igrejas e grupos às vezes se aproximem e às vezes se distanciem em suas teologias e práticas religiosas e em suas formas de envolvimento na luta por direitos fora do âmbito religioso, em ambos os casos há um diálogo e um intercâmbio entre esses grupos formados a partir de uma identidade religiosa e os grupos políticos no âmbito dos movimentos sociais que acontece, inclusive, pelo fato de que muitos e muitas militantes estão presentes nos dois espaços e, sem dúvida, fazem circular tanto pautas quanto estratégias de atuação.

Ademais, a emergência e o desenvolvimento de tais grupos (religiosos ou não) está dentro do contexto dos diversos movimentos em ebulição nessas décadas, tanto no campo político, como no campo religioso. Segundo Richard Cleaver :

¹⁰ Os grupos ligados a igrejas católicas independentes mencionados por White (2008) podem ser entendidos como um híbrido desses tipos, algo que também é realidade em relação a outros grupos denominacionais e a igrejas inclusivas. Os limites e as fronteiras são porosas e, em geral, dependem das configurações dos grupos locais.



A crescente militância destas organizações Afro-Americanas, reatualizando-se com os movimentos antiguerra e de libertação de mulheres, criou as condições históricas onde lésbicas e homens gays puderam vislumbrar e então construir um movimento que não dependia de validação por peritos médicos e legais, como os grupos homófilos tinham, mas reclamando poder sobre suas próprias vidas (Richard CLEAVER, 1995, p. 24).

Não é à toa, por exemplo, que Troy Perry, fundador da Metropolitan Community Churches, fosse chamado por algumas de suas apoiadoras e alguns de seus apoiadores de “Martin Luther Queen” do movimento gay (Heather Rachelle WHITE, 2008, p. 109), numa clara referência a um dos líderes do movimento pelos direitos civis das pessoas negras nos Estados Unidos – Martin Luther King Jr.¹¹ Aliás, o tema da influência de grupos religiosos nas lutas por direitos em diversas áreas ainda foi pouco explorado, por exemplo em relação aos elementos simbólicos e místicos, mas também em relação às concepções e estratégias.

No Brasil e na América Latina, as Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação tiveram um papel importante nos movimentos políticos de resistência e garantia de direitos. Seja no enfrentamento às ditaduras militares e/ou ao acirramento das políticas capitalistas neoliberais, a religião (em seu sentido amplo, mas também em sua manifestação em organizações e grupos específicos) forneceu formação, ferramentas e estruturas de organização, formas de articulação e manifestação tanto para igrejas e grupos cristãos diretamente envolvidos, quanto para os movimentos sociais e políticos mais amplos. Ainda assim, até onde tem sido possível averiguar, a emergência de questões de diversidade sexual e de gênero foram menos explícitas e articuladas.¹²

Foi nas décadas de 1980 e 1990 que emergiram alguns grupos mais organizados e visíveis no campo religioso LGBTQIAP+ na América Latina. Muitos desses grupos e suas lideranças já conheciam experiências em outros contextos (como nos Estados Unidos da América) e o contato com essas experiências também ofereceu um caminho para a organização de grupos e experiências locais. O surgimento da Fraternidad

¹¹ Eu mesmo já fui chamado de “pastorinha do movimento” por alguns companheiros e algumas companheiras em espaços de militância política.

¹² Veja, por exemplo, Alison (1991) e Pérez-Hernández (2004).



del Discípulo Amado, na Argentina, por exemplo, espelha bem esse tipo de intercâmbio e influência, inclusive no nome adotado pelo grupo (André MUSSKOPF, 2021, p. 49-54).¹³ Outras questões como lugares de encontro e formas de divulgação dos grupos também refletem tais semelhanças e uma relação com a cultura e política LGBTQIAP+ em cada país no continente.¹⁴ Ainda assim, no contexto latino-americano, tais grupos já emergiram e, em sua grande maioria, contavam com o substrato teológico (e político) da Teologia da Libertação – ainda que sem o reconhecimento ou o apoio da maioria dos e das expoentes dessa corrente teológica (André MUSSKOPF, 2021).

Ademais, na América Latina, as igrejas e grupos cristãos inclusivos também emergiram de uma forma mais organizada e visível já no contexto da epidemia de HIV e AIDS. Assim, enquanto guardavam semelhanças com os grupos denominacionais e com as lutas por direitos nos Estados Unidos nas décadas anteriores, também já evidenciavam as mudanças no âmbito das igrejas e grupos cristãos inclusivos por conta do impacto que a epidemia representou e que exigiu um engajamento político ao qual muitos desses grupos responderam se alinhando ao movimento queer.

O MOVIMENTO QUEER E AS IGREJAS E GRUPOS RELIGIOSOS INCLUSIVOS

O que comumente se conhece como “movimento queer”, ainda que a referência do termo em inglês (*queer*) remeta ao contexto norte-americano, apresenta expressões diversas em diferentes contextos. O ponto chave para entender as mudanças que se processaram entre o Movimento de Libertação Gay e essa nova forma de referir-se ao movimento social, bem como as questões teóricas e políticas implicadas nele se situam, na maioria dos contextos, é a emergência da epidemia de HIV e AIDS e sua associação a comportamentos morais e sexuais considerados reprováveis, particularmente no âmbito da comunidade LGBTQIAP+.¹⁵ Segundo Spargo (1999, p. 34-35):

Com o início da Aids, este coletivo já fraturado foi confrontado por

¹³ O nome “Discípulo Amado”, numa referência à relação (considerada possivelmente homoerótica entre Jesus e João), já aparece nos relatos de White (2008) sobre diversos grupos nos Estados Unidos da América.

¹⁴ Veja relato de Roberto González e Norberto D’amico (2006).

¹⁵ Sobre o contexto brasileiro e a relação com religião e teologia, ver Musskopf (2012).

um novo conjunto de pressões. Os discursos populares que representavam de forma errônea a Aids como doença gay contribuíram para uma homofobia renovada e necessitaram de revisão de estratégias assimilacionistas. A aceitação revelou-se rapidamente demais como tolerância, que estava rapidamente se tornando intolerância. Isto levou, em consequência, a um renovado mas descentralizado radicalismo na política gay e lésbica. Novas coalizões foram formadas entre homens e mulheres, não baseadas em identidade essencial mas no compromisso compartilhado de resistir às representações que estavam custando as vidas de pessoas com Aids.

As questões colocadas pela epidemia de HIV e AIDS, pelas representações criadas sobre ela e pelas respostas dadas pelo movimento queer impactaram as igrejas e grupos cristãos inclusivos de diversas formas. As questões de cuidado e acolhimento, sem dúvida, pautaram essas igrejas e esses grupos e todos se envolveram no enfrentamento da epidemia de alguma forma, criando um contradiscurso em relação à ideia de “castigo divino”. Do ponto de vista das questões mais amplas relacionadas e evidenciadas pela epidemia, no entanto, as igrejas e grupos nem sempre foram capazes de incluir e articular pautas levantadas por um movimento mais radical de questionamento das estruturas opressoras da diversidade sexual e de gênero. Em relação a essa questão, analisando o papel desempenhado pela(s) Teologia(s) Gay e Lésbica, Stuart (2003, p. 75) afirma:

A teologia gay e lésbica gaguejou, tropeçou e desagregou-se sobre os túmulos daquelas pessoas perdidas para a AIDS. Enquanto há evidência para sugerir que aquelas pessoas vivendo com o vírus e seus apoiadores e suas apoiadoras empregaram recursos teológicos, experiência e suas próprias imaginações em face à morte [...] aqueles teólogos e aquelas teólogas cujas vidas foram mais diretamente afetadas pela AIDS pareciam ter sido paralisados e paralisadas por paradigmas e suposições teológicas pré-existentes que eles e elas podiam somente repetir.

Assim como na maioria dos contextos, também na América Latina e no Brasil tal impacto foi sentido. Com relação ao movimento social, Trevisan (2000, p. 56) afirma: “Seguindo o exemplo dos estados Unidos e



países da Europa ocidental, os serviços de combate à Aids aproximaram-se dos grupos de ativismo guei e os integraram como parceiros. Isso permitiu o surgimento de numerosas ONGs trabalhando na área, com um novo perfil de ativismo guei integrado às campanhas anti-Aids”. Com relação às igrejas e grupos religiosos, como visto no item anterior, a maioria já surgiu no contexto da epidemia (André MUSSKOPF, 2021, p. 106). O trabalho pastoral e as reflexões teológicas de teólogos como José Trasferetti também evidenciam uma preocupação em relação à questão do HIV e da AIDS em conexão com a questão da homossexualidade.¹⁶

Junto com a relação próxima de muitos dessas igrejas e desses grupos com as Comunidades Eclesiais de Base e com a Teologia da Libertação, a atuação de tais grupos nas décadas de 1980 e 1990 se marcou por uma forte relação com o movimento social e atuação política na luta por direitos. A sistematização do I Encontro de Lideranças de Grupos Cristãos GLTTB do Cone Sul, realizado em 2005, entre outras coisas, afirma como uma das características dos grupos representados:

A militância, em sentido amplo, não é algo estranho a estes ministérios, mas muitos surgem com e a partir da militância, voltando suas forças para a luta pela cidadania religiosa da comunidade GLBT, apesar da desconfiança de alguns/as ativistas; (André MUSSKOPF, 2021, p. 45).

Essa característica geral, no entanto, não reflete uma homogeneidade de pensamento e atuação em relação às lutas por direitos no âmbito civil. Victor Orellana, identificado como “primeiro pastor assumidamente gay” no Brasil, ordenado pelo Pastor Nehemias Marien da Igreja Presbiteriana Bethesda em 1998, afirma: “sempre apoiamos as reivindicações do movimento gay e seus ativistas, cremos que é válido esse esforço e esse mover na esfera política e social. Na medida do possível participamos de eventos com eles, etc. Mas procuramos esforçar-nos para não confundirmos as coisas” (André MUSSKOPF, 2021, p. 97).

¹⁶ Veja, por exemplo, Traferetti (1999) sobre o trabalho pastoral com homossexuais, Trasferetti, Leers (2002) com Bernardino Leers sobre ética cristã e homossexualidade, Trasferetti (2004) no qual o autor tem um capítulo próprio sobre HIV e AIDS e Trasferetti, Lima (2009) inteiramente dedicado ao tema Teologia, sexualidade e AIDS.

As diferentes posturas em relação ao envolvimento político de luta por direitos, inclusive, foi motivo de rompimentos e divisões entre alguns grupos. Uma das possíveis explicações, ou pelo menos uma das características dos grupos que passaram a adotar ou defender um menor envolvimento na militância política está ligada com a emergência de lideranças, igrejas e grupos mais próximos a experiências cristãs evangélicas e pentecostais no início dos anos 2000, ainda que essa relação não possa ser aplicada para todos os grupos.

De qualquer forma, a realidade das igrejas e grupos inclusivos nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000, inclusive no Brasil, marcaram um maior ou menor envolvimento com as lutas por direitos seguindo tanto as pautas colocadas pelo movimento e pelos estudos queer, quanto aquelas e aqueles ainda seguindo uma linha mais próxima ao Movimento de Libertação Gay e dos Estudos Gays e Lésbicos. Esse envolvimento se deu tanto com relação a questões mais específicas da comunidade LGBTQIAP+, quanto com relação a questões políticas, sociais, econômicas e culturais mais amplas (classe, raça e etnia, deficiência etc.), dentro e fora das religiões. As experiências e posturas assumidas por essas igrejas e esses grupos também precisam ser consideradas no contexto do fortalecimento dos regimes democráticos (ainda que no seio do capitalismo neoliberal ou aliados a ele), com o fortalecimento das pautas dos direitos humanos em geral e dos direitos sexuais e direitos reprodutivos em específico, inclusive com a emergência de governos considerados de esquerda em várias partes do mundo, inclusive na América Latina. O ressurgimento de forças conservadoras e fundamentalistas na década de 2010 colocou novos desafios para esses grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença mais visível e organizada das igrejas e grupos inclusivos a partir dos anos 2000 no Brasil despertou interesse de vários setores sobre esse fenômeno. A ampla maioria dos estudos acadêmicos têm sido desenvolvidos no âmbito das Ciências Sociais e, não raro, se perguntam pela relação dessas igrejas e desses grupos com as pautas políticas do movimento LGBTQIA+.¹⁷ Tanto esses estudos como o acompanhamento

¹⁷ Veja pesquisas como de Natividade (2008, 2010), Jesus (2012), Cruz (2018), Barros (2020).



do movimento através da participação nele permitem afirmar que, ainda que não se possa afirmar uma tendência a um maior conservadorismo (em questões de sexo, gênero e sexualidade e em questões políticas mais amplas), há uma diferença em relação a movimentos que o precederam em relação à luta por direitos.

Não há dúvida de que houve um crescimento de igrejas e grupos tanto do ponto de vista dos grupos denominacionais e vinculados a alguma forma de organização religiosa mais tradicional, quanto do ponto de vista de igrejas e grupos independentes e com uma formação específica e particular (não necessariamente vinculados a uma denominação específica). Evidências disso são os grupos Inclusão Luterana, Inclusão Metodista, Kindship Adventistas do Sétimo Dia Brasil, Evangélicxs pela Diversidade ou iniciativas ecumênicas como a Rede Ecumênica de Juventude – REJU, Koinonia Presença Ecumênica e Serviço e mesmo o I Congresso Brasileiro Igrejas e Comunidade LGBTI+ realizado em 2019 na Paróquia da Santíssima Trindade, em São Paulo. No âmbito do catolicismo romano no Brasil, Cris Serra desenvolveu importante estudo sobre tais grupos a partir dos anos 2010 (Cris SERRA, 2019, 2021).

A questão que guia esse artigo – a luta por direitos –, no entanto, precisa ser analisada com mais cuidado. Embora haja inequivocadamente uma diversidade de perspectivas e abordagens que poderiam ser analisadas utilizando a tipologia apresentada por Freire (2021) – “igrejas receptivas”, “igrejas inclusivas” e “igrejas afirmativas das diferenças”, aplicada à questão da luta por direitos, também é possível perceber uma sensível diferença em relação à configuração dessas igrejas e desses grupos em relação à sua liderança, sua formação e suas perspectivas eclesiais e teológicas que impactam na forma de compreender o envolvimento na luta por direitos. Enquanto os grupos que emergiram nas décadas de 1940 a 1970 nos Estados Unidos (conforme Heather Rachelle WHITE, 2008) e suas contrapartes na América Latina nas décadas de 1980 e 1990 tinham uma ligação próxima com os movimentos sociais e políticos LGBTQIAP+, chegando a se constituir como “braço religioso” desses, o mesmo não se percebe em muitos grupos que surgiram mais recentemente.

Uma das possíveis explicações para isso está no fato de que, até o final dos anos de 1990 e início dos 2000 a luta por direitos no âmbito



civil ainda carecia de ganhos e avanços substanciais, seja do ponto de vista jurídico, seja do ponto de vista das políticas públicas. A luta, na arena política e na arena religiosa, apesar de pequenas vitórias, seguia sendo algo a ser construído. Nesse contexto, ainda que nem sempre se encontrassem nos mesmos espaços físicos (mesmo que em muitos casos isso de fato acontecia, especialmente com lideranças e integrantes individuais, quando não coletivamente), os movimentos políticos no espaço público e nas igrejas representavam um único e mesmo processo do ponto de vista do imaginário social e dos discursos da maioria dos grupos e lideranças reacionárias (no campo político e no campo religioso). Quem tratasse temas de diversidade sexual e de gênero no contexto religioso, independente de sua perspectiva em relação às diferentes compreensões políticas e teóricas sobre o tema, inevitavelmente era associado ou associada ao movimento político LGBTQIAP+ - inclusive quando não necessariamente havia esse envolvimento ou relação.

Com a conquista de determinados direitos políticos (reconhecimento de uniões entre pessoas do mesmo sexo ou casamento igualitário, direito à alteração do registro e uso de nome social por pessoas trans, criminalização da homolesbotransfobia, por exemplo) e a materialização de políticas públicas (não apenas no âmbito da saúde, mas de educação, assistência social, segurança, direitos humanos, entre outras) houve um certo arrefecimento com relação às igrejas e grupos cristãos inclusivos. Aqueles mais independentes de denominações estabelecidas e instituídas seguiram suas próprias compreensões em relação a muitos desses temas e, no campo denominacional, retrocessos e movimentos conservadores e fundamentalistas na maioria das igrejas acabaram por silenciar e tornar mais difíceis as articulações. As mudanças no campo religioso pareciam mais difíceis de serem alcançadas, o que gerou tanto um cansaço, quanto deu mais importância para divergências e fragilidades internas sobre o rumo a seguir.

Em relação aos atores e atrizes diretamente envolvidas e envolvidos nesses processos (lideranças, mas também integrantes das igrejas e grupos), uma diferença significativa foi o fato de que, diante de um clima de maior aceitação e possibilidade de expressão da diversidade sexual e de gênero (ainda que cheio de problemas e violências), mui-



tos e muitas que buscavam articular a vivência religiosa de pessoas LGBTQIAP+ não necessariamente tinham uma experiência prévia ou contato efetivo com os movimentos políticos (estes mesmos, cada vez mais distanciados da questão religiosa). Em muitos casos, também há um desconhecimento da história e do trabalho desenvolvido por grupos pioneiros da segunda metade do século XX e suas trajetórias no campo político. Assim, muitas dessas lideranças e grupos, apenas depois de se confrontarem com dificuldades em seu contexto religioso a partir já de uma demanda por espaço e direitos, é que buscam uma aproximação aos grupos e movimentos sociais, em geral com uma consciência política muito maior, uma vez que permaneceram na arena pública, ainda que vinculados a determinados governos.

No contexto desse maior afastamento entre grupos religiosos inclusivos e grupos políticos LGBTQIAP+ (e, talvez, inclusive, por causa dele) emergiu a onda “anti-gênero” das campanhas contra o que ficou conhecido como “ideologia de gênero” que teve um impacto brutal nos países latino-americanos em termos políticos gerais e para tais grupos e movimentos em particular. Os movimentos políticos conservadores e fundamentalistas da década de 2010 e aproveitaram justamente da incapacidade de estabelecer uma relação positiva e propositiva entre religião e política no campo progressista ou de esquerda para criar os pânicos morais em torno da “ideologia de gênero” e, além de acabar com políticas públicas voltadas para a diversidade sexual e de gênero, derrubaram governos e elegeram novos alinhados com suas pautas e projetos. Também as igrejas e grupos cristãos inclusivos ficaram meio à deriva no meio desse vendaval que atingiu em cheio a luta por direitos em todos os âmbitos. Some-se a isso, a emergência da pandemia global de COVID-19, em 2019 e os desafios colocados apenas aumentam para o caminho à frente.

Assim, desafios que se colocam para as igrejas e grupos inclusivos em relação à luta por direitos (e, de modo geral, para todos os movimentos sociais e políticos) são como buscar uma articulação e realizar aliança com outros (e quais) possível parceiros para sair de um estado de resistência e avançar na construção de projetos de transformação social. Tanto os grupos e movimentos políticos quanto as igrejas e



grupos cristãos inclusivos têm a ganhar com uma maior aproximação e diálogo, inclusive aprendendo de lições do passado. Afinal, a religião (e uma determinada versão dela) parece continuar sendo um motor forte (senão o principal) dos enfrentamentos que se dão no espaço público. Uma reflexão conjunta sobre o papel da religião nas sociedades democráticas e sobre a importância da democracia para a configuração das igrejas e grupos religiosos pode ser um bom caminho para reconciliar determinadas questões que, ao serem tratadas como antagônicas, parecem apenas fortalecer projetos coloniais, fascistas e fundamentalistas (de sociedade e de religião).

E não há uma receita pronta para isso. Em artigo em que discute a relação entre feminismo e a participação das mulheres na política, Celi Pinto (2010) trabalhou com quatro cenários para pensar essa relação: “1) Sem idéia nem presença; 2) Com idéia, mas sem presença; 3) Sem idéia, mas com presença; 4) Com idéia e com presença” (p. 18). A questão posta é se a simples presença de mulheres na política é suficiente ou se é necessária uma presença “com ideia”, ou seja, formação e atuação feminista ou em aliança com o movimento feminista. Como a própria autora responde, a questão é mais complexa do que isso e não é possível medir o que cada um desses cenários pode apresentar em termos de contribuição ou prejuízo de forma definitiva. Algo que parece estar por trás dessa pergunta é justamente a rapidez e facilidade com se criam rupturas e inimizades internas nos movimentos sociais e políticos que os impedem de estabelecer alianças, construir relações de confiança e, apesar das divergências, seguir lutando por direitos.

Acredito que algo semelhante ocorre também em relação às igrejas e grupos cristãos inclusivos, aos grupos e movimentos políticos LGBTQIAP+ e às possíveis conexões entre eles. Há uma rapidez em julgar e categorizar o quão avançado ou conservador determinado grupo é e agir de acordo com esses julgamentos e categorizações de forma a criar desconfianças e inviabilizar o trabalho conjunto. Complexificando essa relação como propõe Pinto (2010) e olhando para a história de igrejas e grupos cristão inclusivos, é possível afirmar que sua “mera” presença (ou existência) tem um potencial questionador da ordem estabelecida, seja no campo religioso ou no campo político, que deveria



ser valorizado, ainda quando criticado e questionado por suas possíveis limitações. A sua inexistência (ainda que improvável) apenas reforçaria as perspectivas cristãs conservadoras e fundamentalistas sem que uma pedra fosse movida de seu sistema cisheteronormativo (e capitalista, racista e colonial). Nesse sentido, a única opção possível (para quem está disposto e disposta), parece ser continuar apostando no caminho e no processo (talvez com menos preconceitos e posições herméticas). Como afirma White (2008, p. 116):

A contínua emergência de comunidades religiosas queer atesta a contínua luta de pessoas LGBT por aceitação dentro de tradições religiosas estabelecidas. Facilitado por uma longa história de organização religiosa queer, na qual pessoas alheias ao movimento [outsiders] têm percebido identificações queer e afiliação religiosa como alianças conflitantes, praticantes religiosos LGBT têm encontrado espaços para performar e proclamar uma variedade de identidades religiosas queer. Em suas tensões e aparente instabilidade, tais situações também têm contribuído para a contínua inovação ritual e o crescimento organizacional.

Bem como para a política e para a luta por direitos – ainda que setores do movimento LGBTQIAP+ não queiram admitir.

REFERÊNCIAS

- ALISON, James. **AIDS como lugar de revelação**: Girard e uma teologia pastoral. Petrópolis, Piracicaba, Vozes, Editora Unimep, 1991. p. 296-311.
- BARROS, Andréa Kelmer de. Igrejas “inclusivas” como espaços para a luta LGBT. **Revista Vozes dos Vales**, n. 17 – Ano IX – 05/2020.
- CLEAVER, Richard. **Know my name**: A gay liberation theology. Louisville: Westminster John Knox Press, 1995.
- CRUZ, Fernanda Luzia da. **Sorria, Jesus te aceita!** Um estudo sobre a Igreja Cristã Contemporânea de Belo Horizonte. Monografia de Bacharelado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FREIRE, Ana Ester Pádua. **Armários queimados** - igreja afirmativa das diferenças e subversão da precariedade. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: PUC/MG, 2019.



FREIRE, Ana Ester. Igreja afirmativa das diferenças: Proposta para uma eclesiologia queer. In: VELIQ, Fabrício (Org.). **Experiências de diversidade afetivo-sexual e de gênero: perspectivas de diálogo.** Rio de Janeiro: Metanoia, 2021. p. 145-168.

GONZÁLEZ, Roberto; D'AMICO, Norberto. Love in times of dictatorships: memoirs from a gay minister. In: ALTHAUS-REID, Marcella (Org.). **Liberation theology and sexuality.** Hampshire: Ashgate, 2006. p. 179-188.

GREENBERG, David F. **The construction of homosexuality.** Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

In twenty-first-century Brazil. **International Journal of Latin American Religions**, publicado online em 09 de novembro de 2021.

JESUS, Fátima Weiss de. **Unindo a cruz e o arco-íris: Vivência religiosa, homossexualidades e trânsitos de gênero na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo.** Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2012.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEERS, Bernardino; TRASFERETTI, José. **Homossexuais e ética cristã.** Campinas: Átomo, 2002.

MUSSKOPF, André S. **Fazemos a teologia que podemos: Igrejas inclusivas na América Latina nas décadas de 1980 e 1990.** Série Ensaios Teológicos Indecentes. v. 5. Belo Horizonte: Senso, 2021.

MUSSKOPF, André S. **Talar rosa: homossexuais e o ministério na igreja.** São Leopoldo: Oikos, 2005.

MUSSKOPF, André S. Teologia e AIDS na América Latina – Perspectivas e desafios. **Estudos Teológicos**, v. 52, n. 2, p. 276-290, 2012.

MUSSKOPF, André S. **Uma brecha no armário: Propostas para uma teologia gay.** 3ª edição. São Leopoldo, São Paulo: CEBI, Fonte Editorial, 2015.

MUSSKOPF, André S. **Via(da)gens teológicas: Itinerários para uma teologia queer no Brasil.** São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. **Deus me aceita como eu sou? A disputa sobre o significado da homossexualidade entre evangélicos no Brasil.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

NATIVIDADE, Marcelo. Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, , 2010.

PÉREZ-HERNÁNDEZ, Ivan. Teologías de la liberación y minorías sexuales en América Latina y el Caribe. In: TRASFERETTI, José (org.). **Teología e sexualidade: um ensaio contra a exclusão moral.** Campinas: Átomo, 2004. p. 103-129.



- PINTO, Celi. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.
- SERRA, Cris. Diversity as a gift: LGBTQI+ Roman Catholic organizations, 2021.
- SERRA, Cris. **Vemos para comungar**: Os grupos católicos LGBT brasileiros e suas estratégias de permanência na Igreja. Rio de Janeiro: Metanoia, 2019.
- SPARGO, Tamsin. **Foucault and Queer Theory**. Postmodern Encounters. Cambridge, New York: Icon Books, Totem Books, 1999.
- STUART, Elizabeth. **Gay and lesbian theologies**: repetitions with critical difference. Hampshire: Ashgate, 2003.
- SULLIVAN, Nikki. **A critical Introduction to queer theory**. New York: New York University Press, 2003.
- TRASFERETTI, José (org.). **Teología e sexualidade**: um ensaio contra a exclusão moral. Campinas: Átomo, 2004.
- TRASFERETTI, José. **Pastoral com homossexuais**: retratos de uma experiência. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TRASFERETTI, José; LIMA, Lívia Ribeiro. **Teologia, sexualidade e AIDS**. Aparecida: Editora Santuário, 2009.
- TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4ª edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000.
- TURNER, William B. **A genealogy of queer theory**. Philadelphia: Temple University Press, 2000.
- WHITE, Heather Rachele. Proclaiming Liberation: The Historical Roots of LGBT Religious Organizing, 1946–1976. **Nova Religio: The Journal of Alternative and Emergent Religions**, v. 11, n. 4, pp. 102-119., maio. 2008. Vol. 11, No. 4 (May 2008), pp. 102-119.

Submetido em: 29-5-2022

Aceito em: 22-6-2022